



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA 41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao 16 dias do mês de julho de dois mil e vinte, às dezesseis horas, através de videoconferência (meet.google.com/qks-wdrb-jgh), reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE/MG) com a presença dos conselheiros: Adilson Rodrigues da Silva, Thaís Ferreira de Alencar Freitas e Tatiane Guimarães Perri (representantes do Executivo/Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais/SEE/MG); Célia de Lima Carvalho, Umbelina da Conceição Rodrigues, Maria Nazaré dos Santo, Maria Helena Gabriel e Múcio Alberto Cordeiro (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG), Marco Antonio David de Melo e Flávia Cristina Fernandes de Araújo (representantes dos Pais de Alunos/Colegiado EE Prof Caetano Azeredo e EE Pedro II), Josiane Maria Pascoal de Moura e Tannia Aparecida da Silva Oliveira (representante da sociedade civil/Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais/N'GOLO) e Marcos Vinicius Dias Nunes (representante da sociedade civil FETAEMG- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais). Como convidados: Fábio Proença (representante do DIEESE/SIND-UTE) e Beatriz Veloso (Diretoria de Prestação de Contas). Equipe Executiva: Janete Gonçalves e Júnia Kátia da Silva. Ausências justificadas: Pauta prevista: 1) Acompanhamento da distribuição desses kits; 2) Análise da resposta da SEDESE; 3) Substituição de Conselheiros; e 4) Assuntos gerais. A vice-presidente Célia de Lima Carvalho (representante dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG), cumprimenta a todos e solicita a inversão da pauta, passando para o 2º item; análise da Resposta da SEDESE e inclui na pauta a demanda oriunda da reunião com o controle social, quanto à contribuição na elaboração de documento para orientar os diretores das escolas estaduais sobre a distribuição dos kits. Diz que o documento enviado pela SEDESE não responde corretamente e deixa algumas questões em aberto. Solicita a Fábio que faça um Relato de quais as dúvidas que devemos questionar. Fábio fala que na 1ª reunião com a Subsecretária na Reunião do Controle Social, foi questionado que o Estado colocava na alimentação escolar valor igual ao repassado pelo Programa de Alimentação Escolar – Pnae, e gostaria de saber se seria feito do mesmo jeito agora, sendo informado que seria de 2 (duas) formas: através do Bolsa Merenda e Repasse de Recursos para as escolas, mas nosso questionamento é se o valor da contrapartida é igual ao da parcela do Pnae. O Bolsa Merenda é de R\$ 50,00 (cinquenta reais), sendo que o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) é do Ministério Público e R\$ 30,00 (trinta reais), seria do valor que o estado repassava para as escolas. O Bolsa Merenda atende 375.0000 (trezentos e setenta e cinco mil) alunos, que corresponde a R\$ 11.500.000, 00 (onze milhões e quinhentos mil reais), e uma parcela do Pnae é mais de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais). A Subsecretária informou que seria R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais), mas não justificou o porquê da diferença. Perguntamos se a diferença seria repassada para as escolas. Neste período o CAE enviou ofício para SEDESE que é a responsável pela operacionalização do Bolsa Merenda com questionamentos: *1. Qual o valor que será investido no Programa por mês? E quais são as fontes dos recursos?*

Resposta: O valor de repasse mensal estimado é de R\$ 48.720.500,00 (quarenta e oito milhões, setecentos e vinte mil e quinhentos reais) durante 4 meses, sendo R\$ 30 milhões disponibilizados pelo Ministério Público de Minas Gerais e o restante pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

2. Quais são as formas de divulgação do programa? *Resposta:* O programa foi divulgado em programas de televisão com a participação da Sra. Secretária, Elizabeth Jucá, no site oficial da SEDESE, nas rádios dos 853 municípios. Também foram contratados carros de som em municípios caracteristicamente rurais, para garantir a chegada da informação. Contamos também com o apoio das Diretorias Regionais da SEDESE, orientando os municípios, da rede socioassistencial local e de lideranças de comunidades tradicionais para melhor divulgação do benefício em regiões que eventualmente estejam em locais de difícil acesso.

3. O benefício está sendo pago através da empresa PagSeguro, .4 Quanto foi o custo desse serviço para o Estado? *Resposta:* A PagSeguro não cobrou pelos serviços, a contraprestação foi a abertura das contas pelos beneficiários e o pagamento dos cartões que foram encaminhados para as residências de mais de 134 mil famílias que ainda não haviam se cadastrado no aplicativo até meados de junho.

5. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, 58,0% dos domicílios mineiros utilizaram internet, diante deste quadro qual o motivo do programa “bolsa merenda” ter seu acesso principalmente via internet? *Resposta:* A ferramenta via internet foi utilizada por permitir um acesso imediato ao benefício. A solução por cartão bancário, físico, estava prevista desde a contratação da empresa parceira, contudo ela exige uma operação logística ampla, morosa e cara e por isso só foi efetivada posteriormente.

6. Para acessar o programa existem três possibilidades: através do aplicativo, site ou telefone, qual é a porcentagem de acesso em cada uma dessas três plataformas? *Resposta:* O acesso é feito pelo aplicativo ou pelo Cartão Bancário, em processo de envio às famílias. Na primeira fase, acesso por aplicativo, foram contemplados aproximadamente 50% dos beneficiários e na segunda serão beneficiados os restantes.

7. No Ofício SEDESE/GAB nº. 612/2020 enviado para o CAE/MG no dia 29 de maio de 2019 a SEDESE afirma que “Até o momento foram atendidos 165.000 alunos” e “encontrou-se o número aproximado de 375.000 estudantes”, ou seja, até 29/05/2019 foram atendidos 44% do total de alunos que tem direito ao benefício. Dado que o programa está em vigor desde abril, qual o motivo de não ter atendido nem metade dos alunos que tem direito? *Resposta:* O acesso na primeira fase exigiu que os beneficiários fizessem o cadastro de uma conta no aplicativo PagBank. Vários podem ter sido os motivos da não adesão: falta de informação, dificuldades técnicas no acesso à conta e falta de acesso à internet. Para equacionar estas questões propomos soluções adequadas, como suporte telefônico e email, divulgação em regiões mais afastadas, ações com atores locais. Enquanto isso estava em preparação a fase dois de envio direto do cartão para as famílias, o que foi possível a partir do final de junho.

8. Qual (is) medida (s) o governo adotará para que o recurso do bolsa-merenda chegue nas famílias que ainda não receberam o auxílio? *Resposta:* O envio do cartão bancário físico para as famílias, conforme esclarecido anteriormente. Fábio fala que a resposta da SEDESE não fecha com os cálculos. Não sabe o que pode ser feito. Tatiane diz, não justificando a resposta da SEDESE, que a Subsecretária Renata fez resposta, mas está no processo SEI, que ainda não foi enviado ao conselho e pede para aguardar o ofício da Secretaria de Estado de Educação – SEE para fazer os questionamentos sobre o Bolsa Merenda. Célia fala que gostaria de colocar para todos que muita coisa tem acontecido neste período. Desde meados de março temos nos reunidos para tratar da questão da alimentação escolar. Foram diversas reuniões. E que já conseguimos uma resposta do Governo do Estado para que as escolas pudessem fazer a aquisição de alimentos para os kits e para que o programa não fosse interrompido. Mas diversos problemas foram surgindo como a questão de

licitação, a montagem e distribuição dos kits. Acha que um dos gargalos seria a distribuição, pois a escola tem o recurso para aquisição dos alimentos, mas precisa para embalar os mesmos e outra questão é como será realizado o acompanhamento do CAE, porque precisaremos ter um controle. Solicita aos presentes sugestões. Maria Helena pede a palavra, diz que ligou para uma diretora e foi informada que teve videoconferência com a Superintendência Regional de Ensino- SRE de Uberaba. Que muitos diretores manifestaram que querem distribuir e irá buscar uma forma para distribuição. O que surpreende é que as SRE's pediram muita publicidade para a distribuição. Isso quer dizer que vai deixar na mídia que a escolas estão abertas. A diretora com quem falou, disse que não tem como comunicar com todos os pais, pois nem todos os alunos estão nas tele-aulas. Muitos kits serão feitos, por exemplo, kit 9º ano, supondo que sejam 200 alunos, e sobrassem 70 kits e os kits de amanhã seriam jogados para o próximo dia? A S' RE não deu uma solução para o que seria feito nesta situação. Tem fornecedores que vão montar e entregar kits. A família que não buscar deverá ir na escola justificar e assinar documento para informa um motivo, que não há prazo. De qualquer forma vai gerar a movimentação de muita gente. Os diretores toparam, mas não perguntaram como será feito. O pessoal da agricultura familiar já entrou em contato, mas não informou como será feito está entrega. A escola deverá ter embalagem, deverá utilizar as ASBs para montar os kits. A diretora que falou que o fornecedor irá fazer. A Vice-Presidente Célia diz que sabíamos que teríamos diversas dificuldades no caminho. Vê com muita preocupação está questão da publicidade. Muitas famílias sem emprego. Da agricultura familiar com quebra de produção. Desde do início das reuniões, o Múcio, que vem participando das reuniões, falou que não deveria ser obrigação, mas uma busca de parcerias. Concorda com a colocação dele e por isso devemos fazer um material orientativo para cercar essas situações. Precisamos de vários atores neste momento. Tatiane fala que a nota técnica da SEE, que foi mandada para as SREs, fala da publicidade para conhecimento da comunidade e na nota técnica fala das parcerias, como os Centro de Referência de Assistência Social - CRAS na entrega dos kits. Pergunta se o conselho concorda com as escolas fazerem a pesquisa junto as famílias. Diz não constar proibição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Gostaria de saber se o CAE concorda com essa pesquisa. Múcio fala que a preocupação continua a mesma. Andamos pouco e deixamos a sociedade e servidores em risco. Voltando ao Bolsa Merenda diz que quem está ganhando é a operadora do cartão, que ganha R\$7,90 por aluno. Fábio fala que SEDESE informou que a Pag Seguro não está cobrando. Múcio diz que tem uma correspondência recebida por 1(um) diretor que há cobrança. Fala que o Estado já passou 3 parcelas, o estado não vai mais entrar com recurso, as escolas têm saldo, inclusive de contrato de 2019 da agricultura familiar. Muitas escolas não tiveram videoconferência. A SRE fez e anda falando para o diretor que execute e não questione, que a responsável já está cheia dos questionamentos. Na reunião de manhã com o Controle Social, o Augusto da SEE disse que é para fazer com parcerias. Em um momento que a pandemia aumenta e em nossa região não tem atendimento e vem uma pressão para atender dentro da escola. As escolas de EJA que tem 3 parcelas, algumas tem R\$ 30,00 (trinta reais) para executar. Poderia ter sido orientado para que as escolas utilizassem mais de 30% na agricultura familiar agora. Porque a EMATER e os sindicatos poderiam ajudar. O kit só pode ser buscado por uma pessoa maior de idade. Temos alunos que estão muito distantes da escola e que o valor do transporte é maior que o valor do kit. Se em Uberaba todos querem, na região dele todos estão com receio. A situação é preocupante e temos de buscar alternativa. Diz que no final do ano, com o fim do auxílio de R\$ 600,00 (seiscentos reais) é que povo mais necessitará de ajuda. Flávia diz que participou de uma videoconferência sobre a distribuição e que está extremamente angustiada. Célia

pede para ela fazer um relato de como os diretores receberam a questão sobre a distribuição dos kits. Flávia fala que hoje teve reunião com todos os diretores da Metropolitana A. Diz que estão muito preocupados, não com a montagem dos kits, mas com a distribuição. Que fizeram cálculo e o kit ficará no valor de R\$ 33,00 (trinta e três reais), sendo que a família irá buscar na escola e muitas não vão querer, e depois de avaliar se pergunta: o que será feito com os kits que não forem buscados?. Outro ponto é que era para abaixar os aplicativos e não ir às escolas para buscar os PETs e agora vem também a entrega de kits nas escolas. A escola está com um número reduzido de servidores. No interior pode ser algo mais simples, mas quando falamos em capital é mais difícil. Diz que não está no grupo de risco, mais tem pessoas da família que são e estaremos expondo toda uma sociedade. Situação muito preocupante. Vários diretores querem saber como será feito. Célia fala da preocupação com complicadores da aglomeração e exposição dos profissionais e que as entregas não precisam ser dentro das escolas. Que temos que buscar meios, pois foi muito complicado os recursos chegarem as escolas para compra dos alimentos. Algumas regiões poderão ser mais tranquilas a entrega e em outras não. Uma dúvida que surgiu é, agora foi liberado 3 parcelas para as escolas e a partir daí será um valor mensal muito baixo e será que haverá a contrapartida do Estado? Tatiane fala que a Subsecretária Renata, até onde sabe, fez esta distribuição e a ideia é ver agora em julho e como ela falou, que os recursos que estão em caixa será para compor os outros kits. Acha que ela vai deixar juntar e que não seria mensal. Sobre a contrapartida tem a informação que seria mantida as 10 (dez) parcelas. Célia lembra que o Augusto disse que os recursos da contrapartida estão sendo usados no Bolsa Merenda e hoje está sendo usado na impressão dos PETs (apostilas). A Secretária Executiva diz que a fala do Augusto foi que estaria usando os recursos da SEE e que acha que seria de Manutenção e Custeio, e pergunta para Adilson se estaria correto. Adilson informa que a impressão dos PETs está sendo custeada com recuso de Manutenção e Custeio. Fábio pergunta qual a fonte usada para repasse de recurso de manutenção e custeio. Adilson responde que é a fonte do Tesouro e QESE. Marcos diz que queria colocar algumas das demandas da Agricultura Familiar, e que os próprios agricultores estão passando por dificuldades e tem que se reinventar, mas não pode ser a qualquer custo. Outra questão sobre a distribuição é na escola, se há dúvida de onde a situação está mais grave, deveria aguardar. Não existe receita pronta para situação de agora. Célia diz que considera importante o que foi discutido na reunião do Controle Social referente ao material orientador e saber como estas informações estão chegando nas escolas, pois não é impor medidas aos trabalhadores da educação. Pergunta para Maria Nazaré e Umbelina como foi recebido a questão da distribuição dos kits. Umbelina diz que é um absurdo, pois não tem como entregar nas escolas. Em Belo Horizonte tem alunos que moram longe da escola, nem todos moram perto. Flávia fala que a escola dela tem mais de 3.000 (três mil) alunos. Qualquer cesta que será entregue, gerará tumulto. Sobre a questão da SRE querer publicidade, é sim, querem que tirem fotos e o diretor disse que não vai fazer. Diz que às vezes recebem documentos após as 22:00 horas para executar no outro dia. Que não há condição. Estamos no maior pico da pandemia e como iremos chamar as pessoas para dentro das escolas. Já temos colegas doentes, é complicado. Maria de Nazaré diz nunca sentiu uma sensação de tanta impotência em ficar dentro de casa. Conversando com diretora de escola, são 60 escolas em São João Del Rei, e que tem muitas pessoas com medo. Como disse a diretora, como expor um pai para um kit de R\$ 33,00 (trinta e três reais)? Esta questão da publicidade é para mostrar que entregou ou fazer publicidade para o Governo? Todo mundo com medo de tudo, como vamos expor pai de aluno e servidores da educação? Será que vale a pena por R\$ 33,00 (trinta e três reais), colocar as pessoas em risco. Mais aí como fica as pessoas que precisam? Estamos

vivendo um momento crítico. Maria Helena diz que a situação é terrível e não daremos conta. Diz ainda que como a Diretora Flávia colocou a sua indignação, ela e os demais diretores saem da reunião dizendo que cumprirão. É isso que me preocupa. Se 10 (dez) diz não, tem 30 (trinta) que diz sim para cumprir o documento do Governo. As escolas vão fazer um kit, que vale menos que o valor que algumas mães vão gastar no transporte para buscar. Mas como vamos fazer para que elas vejam isso. Vejo mães indo buscar os PETs nas escolas. Elas ficam no sol quente, entram e pegam um bloquinho e sai ,depois iremos ver essa situação com os kits. O que vamos fazer para impedir essa situação? Como disseram na reunião de Uberaba, que tem que fazer publicidade. É muito triste isso tudo. Como dizem, de indignação o cemitério está cheio. Não tenho a mínima ideia que se sair cartilha nós vamos impedir isso, a não ser algo do Zema. Estão sim mandando entregar nas escolas. Mesmo achando absurdo, tem pessoas que dizem que tem que ser feito. Múcio diz que não adianta sair daqui sem um documento para encaminhar para SEE. O Augusto fala que a execução será flexível e a SRE fala que tem que cumprir e o Ministério Público questiona se será responsabilidade da escola. Tudo que se faz sem prazer é mal feito. Acho que primeiro deve fazer levantamento do que a agricultura familiar tem. Outra questão é que cada pessoa que recebe o kit tem que assinar documento. Acha que sem construir comitês não há como discutir um programa dessa magnitude. Não pode ser nas escolas, porque se for 300 (trezentos) alunos, serão 300 (trezentos) pais. Se vier um contaminado será imenso a possibilidade de contaminação de muitos. Além disso, a estrutura das escolas estão péssimas. Poderia utilizar o transporte escolar para entregar os kits nos pontos. Cada regional está fazendo um discurso. Se está tendo a questão da publicidade, temos que questionar. O quadro é este que temos nas mãos. Estamos imaginando hipótese: compor comitê local e deixar isso ser proposto pelas SREs. Marco Antônio diz que temos vários problemas. Com relação a distribuição de R\$ 30,00 (trinta reais), é um programa natimorto. Quanto a distribuição pelos fornecedores da agricultura familiar é irreal, pois temos um problema de logística. Josiane diz que para as comunidades indígenas e quilombolas será ainda mais difícil buscar os kits. Com relação ao Bolsa Merenda as comunidades têm muitos problemas. Diz que os CRAS pedem para levar o celular para baixar o aplicativo, mas muitas famílias não têm celular. Para nós da comunidade é difícil ter acesso a esses kits. Célia fala que chegamos a um impasse e temos que ver quais seriam os encaminhamentos. Estamos em um momento crítico. Há um descaso total com a saúde, não temos nem Ministro da Saúde, descaso com pessoas. Lembra da fala do governo que o vírus tinha que viajar. Flávia acha que se os diretores pudessem adotar a mesma forma que as Prefeituras fizeram, os diretores fariam os cálculos e o Estado faria as compras e as famílias buscariam nos mercados. Esta é uma das sugestões que deu, mas segundo a SRE disse que o FNDE colocou que seria entrega direto para o aluno. Disse que a obrigação da entrega seria do CAE. Verificou agora que isso não é verdade. Outra questão que preocupa é que as escolas estão com poucos servidores. Estamos trabalhando em escalas. As mortes em Belo Horizonte, em virtude da pandemia dobrou na última semana. Acho que devemos amadurecer a questão. Poderíamos devolver os recursos para SEE e faria a distribuição por zoneamentos. Vê muitos diretores com carga enorme de tarefas. Célia diz que uma das dificuldades foram essas e nós sugerimos a compra e distribuição, mas o Estado colocou várias dificuldades. Insistimos com parcerias para executar. Agora a partir de todas as dificuldades levantadas, quais seriam os encaminhamentos que iremos adotar. E essa questão de impor tudo para escola que seria difícil e que as ASBs são poucas e a maioria são do grupo de risco. Acho também que essa comunicação com as SREs está ruim. Múcio diz que acha que o CAE não tem que apresentar uma solução. O Estado poderia executar, mas teria o problema dos 30% da agricultura familiar. Poderia reter este

valor e repassar como cartão. Parceria com entidade, Prefeitura e outros órgão para fazer a distribuição. Como falar em executar? Temos que antes ouvir quem vai executar, mais em nenhum momento a SEE fez algum questionamento junto às escolas. O diálogo do diretor e a SRE deve ser em outro nível. Essa corrente de exercício não funciona. Você diz o que fazer sem escutar a ponta. Estão massacrando os profissionais de políticas públicas. Primeira questão e questionar os diretores como poderia ser feito. Informar qual foi a orientação do Governo Federal para a execução. Célia lembra que uma das falas do Governo foi a parceria com os CRAS e devemos cobrar isso. Marcus Vinicius coloca que os 30% deve ser comprado, pode não ser agora, mas deve ser em algum momento. Deve ser avaliado a situação de parcerias locais. Célia sugere que o CAE deveria fazer um documento esclarecendo algumas situações, que não é uma imposição, mas é necessário e que entendemos o momento que estamos vivendo e outra questão é sobre o levantamento de quais alunos que teriam interesse no kit, para que não haja desperdício e poderia ter um valor maior para quem precisa. Maria Helena concorda em encaminhar documento para escolas e pedir sugestão de como o CAE poderá ajudar e que eles informassem o número de alunos, e no que o CAE poderia ajudar. Múcio propõe documento para a SEE para questionar aos diretores. Porque se o CAE começar a assumir isso, são mais de 3.000 (três mil) escolas. Acha que estaríamos criando um problema para o conselho. Mas devemos provocar a SEE. Qualquer coisa que propor vai parecer que estamos impondo. Dialogar com o Governo Estadual e Federal. A partir do dialogo da SEE com os diretores, podemos encontrar um caminho. Sugere comunicação (documento) sim, mas com a SEE. Flávia diz que nem tudo que se coloca no papel é exequível, temos que conversar. Fala que acha que dos 800 kits que montasse, 80% ficaria na escola, com risco de perda. Múcio diz que isso é jogar dinheiro fora. Flávia fala que deveria um fazer levantamento de quem realmente possa querer. Diz que a grande maioria das pessoas dos CRAS não estão trabalhando no local, mas através de teletrabalho. Célia diz que estamos discutindo a meses, temos conhecimentos de todos, mas pessoalmente acha que não justifica não fazer, acha que deveria abrir o diálogo, fazer levantamento de quem precisa e vai buscar. Temos que construir este diálogo que é a melhor maneira de executar sem que haja desperdício. Buscar soluções, porque não fazer é complicado. Já se elaborou documento para ver o que dá para fazer ou não. Gostou da sugestão do Múcio de questionar os diretores. Já viu em visitas do CAE, alunos que iam na escola somente para se alimentar. Maria Helena fala que o CAE é uma fermenta importante e responsável pela alimentação no Estado e não pode ser ignorado. O Governo não pode ser absoluto, tem que conversar com os diretores. As vezes pode distribuir através dos supermercados, varejões. Deve ter outras formas que não sejam nas escolas pelas ASB's. Tem que fazer documento do CAE e enviar para o Governo. Marco Antônio fala que neste documento poderia verificar algum programa para aproveitar na logística. Tannia diz que ouviu a fala de todos, sugere uma reunião com os diretores e pais de alunos. Tatiane fala que todas as contribuições foram muitas validas, e que o Augusto falou sobre o posicionamento da SEE. Pergunta se o CAE acha viável que as escolas realizem esta pesquisa antes da aquisição dos kits e no caso, utilizar todos os recursos para quem queira. E para os outros ter algum documento, ou manifestação via whatsapp ou e-mail. Flávia acha uma ótima ideia. Abre cadastro e elas se manifestam. O que preocupa é o desperdício. Múcio sugere duas alternativas: disponibilizar somente para quem tem interesse ou utilizar só o recurso de quem quer. Acha que tem que pensar na legalidade. Marcos concorda com a pesquisa junto aos diretores, pois assim fica sabendo onde estão pisando, pois se tem dados fica mais fácil tomar decisões. Maria Helena pergunta quem irá autorizar a pesquisa junto as famílias, o CAE ou a SEE? Tatiane diz que seria a SEE com ciência do CAE. Célia pede para verificar a legalidade. Tatiane diz que vai verificar

e depois informa ao conselho. Múcio pede para Tatiane verificar com o Augusto a questão da comunicação, pois a SRE está criando um problema. Tatiane fala sobre comunicado da SEE que quando as escolas pedem Aditivos, que agora está tendo esta situação e estão solicitando aditivos e que a SEE estará atendendo as escolas que apresentarem número significativos de alunos. Célia fala que já temos duas horas de reunião e ainda falta 2 assuntos. O Conselheiro Adilson solicitou desligamento do conselho. Adilson fala que pediu afastamento pelas atividades que assumiu na SEE, já que essas atribuições iriam atrapalhar sua participação no Conselho. Agradece ter feito parte deste conselho, que muito ajudou para sua melhoria enquanto profissional e se coloca à disposição de todos. Informa que Beatriz irá assumir como suplente e Thais ficará como titular. Passa a palavra para Beatriz. Ela se apresenta ao conselho, informando que trabalha na Diretoria de Prestação de Contas, e que está feliz em fazer parte do conselho e se coloca à disposição de todos. Célia deseja para Adilson muito sucesso nesta nova função. Passa então para assunto gerais: Ofício 37 de 20/05/2020 - Controle das Doações: Sem resposta - reiterado pelos Ofício SEE/CAE nº 46 (10/06/2020), nº 51 (18/06/2020) e 62 (13/07/2020) - SEI 1260.01.0021785/2020-95 e Resposta ofício 49 de 16/06/2020 - recursos estaduais - reiterado pelos Ofício SEE/CAE nº. 54/2020 (22/6/2020) e 63 (13/07/2020) - SEI 1260.01.0021785/2020-95. Tatiane fala que a resposta já foi enviada ao gabinete da SEE; Resposta ao Ofício SEE/CAE nº. 16/2020 de 13/03/2020 - reiterado 39 (25/05/2020) - Contrato Nutricionistas- Resposta da SEE através do Ofício SEE/GAB nº. 890/2020 - 26/6/2020 (Memo 276 da SA - 30/03/2020) - SEI 1260.01.0088559/2019-42. Em virtude da resposta apresentada pela SEE, foi enviado o Ofício SEE/CAE nº. 61/2020 de 10/07/2020 para o Coordenador da Alimentação, Sr. Roberto Horta, com questionamentos para detalhamento da situação da contratação de nutricionistas; Resposta da SEE através Ofício SEE/GAB nº. 900/2020 de 6/7 (Memo SA 268 24/06) ao Ofício SEE/CAE nº. 29/2020 de 08/05/2020 - reiterado pelos ofícios 40 (25/05), 45 (10/06), 50 (18/06), 53 (22/06) - SEI 1260.01.0024214/2020-84; Ofício SEE/CAE nº. 60/2020 de 2/07/2020 - Prestação de contas 1º trimestre 2020 - SEI 1260.01.0041780/2020-35 - Em 6/7 Adilson disponibilizou a prestação de contas do 1º trimestre de 2020 no drive do google; Emissão do Ofício SEE/CAE nº. 59/2020 em 2/07/2020 - participação dos conselheiros nas reuniões - SEI 1260.01.0041588/2020-78; Ofício SEE/CAE nº. 55/2020 de 23/07: enviado em 25/6 - Sem resposta - Tatiane informa que já enviou a resposta para a Subsecretaria de administração; A Secretária Executiva fala do site de conselhos da CGE, relatando que no mesmo pode ser incluído as informações do conselho como composição, mandato, agenda, atas, etc. Questiona se poderá incluir os documentos sendo acatado por todos; Fala sobre a aprovação de imagem para o site do conselho, que somente isso estaria faltando. Lembra que encaminhou a imagem por e-mail e por whatsapp. Que doze conselheiros se manifestaram, aprovando a imagem 3. Todos os presentes concordam em aprovar para o site a imagem 3. Célia agradece a participação e contribuição de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e eu, Janete Gonçalves, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 16 de julho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Janete Gonçalves, Secretário(a) Executivo(a)**, em 25/11/2020, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia de Lima Carvalho, Servidor**



(a) Público (a), em 30/11/2020, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thais Ferreira de Alencar Freitas, Conselheiro(a)**, em 30/11/2020, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cristina Fernandes de Araujo, Conselheiro(a)**, em 30/11/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tannia Aparecida da Silva Oliveira, Conselheira**, em 30/11/2020, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Umbelina da Conceicao Rodrigues, Conselheiro(a)**, em 01/12/2020, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Dias Nunes, Conselheiro**, em 03/12/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Rodrigues da Silva, Conselheiro(a)**, em 03/12/2020, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Nazaré dos Santos, Conselheiro(a)**, em 03/12/2020, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Maria Pascoal de Moura, Conselheiro(a)**, em 03/12/2020, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Guimarães Perri Maciel, Conselheiro(a)**, em 07/12/2020, às 23:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Gabriel, Conselheiro(a)**, em 05/01/2021, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mucio Alberto Cordeiro Alves, Conselheiro**, em 07/04/2021, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio David de Melo, Conselheiro**, em 08/04/2021, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20434983** e o código CRC **3FF36AC0**.

Referência: Processo nº 1260.01.0062448/2020-40

SEI nº 20434983